

LICITAÇÕES E
CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS
DAS EMPRESAS ESTATAIS
(LEI 13.303/2016)



**CURSO ONLINE
100% AO VIVO**



**28 E 29 DE
NOVEMBRO**



**16 HORAS
DE CAPACITAÇÃO**

**LÚCIO
COSTA**





APRESENTAÇÃO

A Lei das Estatais – Lei 13.303/16 surgiu para dispor sobre o Estatuto Jurídico de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destacando-se por se tratar de um modelo híbrido, com feições do direito privado e do direito público, impondo mais eficiência, governança e transparência às estatais.

Nesse curso destacaremos os procedimentos de licitações e contratos das estatais, inclusive as contratações diretas, considerando as relevantes inovações e as especificidades da Lei 13.303/16.

Serão destacados ainda os principais entendimentos do Tribunal de Contas da União - TCU sobre os assuntos abordados, bem como boas práticas administrativas para guiar a interpretação do regime jurídico das estatais.



OBJETIVOS

Capacitar e atualizar os empregados públicos responsáveis pelas contratações nos setores de compras das empresas estatais, e demais interessados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar e atualizar os empregados públicos responsáveis pelas contratações acerca dos procedimentos nas licitações e nos contratos de acordo com a Lei nº 13.303/16 – Estatuto das Estatais.
- Discutir o regime jurídico das Estatais, interpretações legais e jurisprudenciais.
- Conhecer os principais entendimentos e as recomendações do sobre os temas que serão abordados.



PÚBLICO ALVO

Empregados Públicos envolvidos na condução das licitações e dos contratos administrativos das empresas públicas e das sociedades de economia mista e demais interessados que atuem na área de licitações públicas e contratos das estatais.



CONTEÚDO

- Lei 13.303/2016 - previsão constitucional, abrangência subjetiva, aplicação
- Impactos da Lei 14.133/2021 no regime de contratações das estatais
- A importância da regulamentação interna
- Normas e regras gerais aplicáveis às licitações das empresas públicas e sociedades de economia mista
- Cabimento da licitação e as hipóteses de dispensa e inexigibilidade (principais hipóteses)
- Do procedimento licitatório: a adoção preferencial do pregão e a revogação da Lei 10.520/2002
- A utilização do pregão eletrônico segundo a regulamentação da Lei 14.133/2021 - repercussão da Instrução Normativa Seges 73/2022
- Objetivos e diretrizes das licitações realizadas pelas empresas estatais
- Processo de licitação: principais diferenças em relação à Lei 13.303/16 e comparação com a nova lei de licitações e contratos - Lei 14.133/2021
- O procedimento licitatório da Lei das Estatais – aspectos gerais
- Documentos de planejamento da contratação
- Modalidades de licitação – cabimento no contexto da Lei das Estatais
- Critérios de julgamento
- Modos de disputa
- Pesquisa de preços e regras relativas à elaboração e à divulgação do orçamento
- Sobrepreço e superfaturamento
- Habilitação – documentos que devem ser exigidos
- Matriz de Riscos
- Procedimentos auxiliares
- Contratos das Empresas Estatais
- Formalização do contrato estatal – cautelas e cláusulas necessárias
- Execução dos contratos
- O dever de gestão e fiscalização dos contratos – atribuições dos fiscais e gestores de contratos
- Observância do princípio da segregação de funções
- As particularidades das alterações contratuais na Lei 13.303/2016
- Duração dos contratos considerando contratos por escopo e contrato a termo
- Exigência de garantias
- Cabimento dos instrumentos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos – reajuste, repactuação e revisão
- Sanções – penalidades e aspectos do procedimento sancionador
- Causas de extinção/rescisão dos contratos estatais
- Fiscalização pelo Estado e Sociedade



PALESTRANTE

Lúcio Antônio Frezza Costa

É professor da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), professor da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), professor da Escola de Ead/PGR/MPF (Ministério Público Federal), professor/instrutor do MPT (Ministério Público do Trabalho), e professor colaborador em diversas Instituições públicas (MCTIC, MI, BNB, CNPQ, MPDFT, Min. Esportes, Institutos Federais, etc) e empresas privadas ministrando cursos na área de Convênios, Licitações e Contratos administrativos, e outros temas congêneres em cursos em EAD e presenciais.

Atualmente, é servidor do Ministério Público da União.

Possui pós-graduação em Direito Público pela Universidade Metodista, pela Faculdade Processus e pela Escola da Magistratura do Distrito Federal.

Com experiência na área de Licitações e Contratos administrativos, atuou na área de controle interno do MMA, na Consultoria Jurídica do MPDFT, e na Assessoria Jurídica da Procuradoria Geral do Trabalho.



DATA E HORÁRIO

Treinamento realizado em 02 dias

Carga Horária Total: 16 horas de capacitação

O participante deverá levar notebooks para as atividades práticas, de modo que todos participem simultaneamente da simulação.

Data:

28 e 29 de novembro de 2024.

Horários:

Período da manhã das 08:00 às 12:00

Período da tarde das 13:30 as 17:30



INVESTIMENTO

R\$ 1.690,00 | POR INSCRIÇÃO.

(Hum mil seiscientos e noventa reais)



INCLUSO

1. Apostila do curso exclusiva com conteúdo específico disponibilizado totalmente online, enviada ao participante através de e-mail;
2. Acesso a Plataforma virtual de ensino durante toda a duração do curso;
3. É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia;
4. Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada;
5. Acompanhamento de monitor em sala para melhor atender os participantes, durante todo o treinamento;
6. Será disponibilizado um Grupo de WhatsApp por 15 dias, para que todos os participantes possam tirar suas dúvidas;
7. Certificado digital válido por todo Brasil e disponível em nosso site por tempo indeterminado, com conteúdo programático e carga horária;
8. Replay – As aulas poderão ser assistidas por até 30 dias após sua realização; mediante cadastro no sistema e autorização pela Licidata para o acesso (só será liberado o acesso aos alunos que participaram do treinamento)



PAGAMENTO

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas.

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de:

INSTITUTO LICIDATA TREINAMENTOS LTDA

CPNJ: 48.941.653/0001-00



BRADESCO (237)

Agência: 5750-9

Conta: 477725-5



Banco do Brasil (001)

Agência: 0009-4

Conta: 489.843-5

Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como: Boleto Transferência bancária ou Depósito.